

61.699.567/0024-89. 3.2 - Formalidade da escrituração contábil - resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000): A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **4 - Principais Práticas Contábeis:** Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002). **4.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC Nº 1.296/10 (NBC - TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC Nº 1.376/11 (NBC -TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e, que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

	R\$	
	31.12.2013	31.12.2012
Caixa e Saldos em Bancos	40.354,68	175.453,99
Aplicação Financeira de Curto Prazo	318.433,89	1.396.129,69
Caixa e Equivalentes de Caixa	358.788,57	1.571.583,68

4.2 - Aplicações Financeiras: As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores encontram-se aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM. **4.3 - Contas a receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme resolução 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **4.4 - Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2013 é de **R\$ 6.432.099,56**. A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência. O montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente para eventuais perdas. (Resolução CFC Nº 1.170/09 (NBC TG 16)).

	Valores em Reais	
Tipo	31.12.2013	31.12.2012
Materiais utilizados no setor de Nutrição	141.152,38	50.372,78
Materiais utilizados no setor de Farmácia	2.121.049,93	2.291.860,73
Materiais de Almoxxarifado	4.088.867,30	2.584.700,54
Empréstimos a Terceiros	81.029,95	31.559,69
Total	6.432.099,56	4.958.493,74

4.5 - Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. **4.6 - Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **4.7 - Provisão para rescisão de contratos:** Conforme nota explicativa, a Entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 09 da resolução 1.409/12, e passou a constituir provisões para rescisões de contrato. **4.8 - Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. **4.9 - Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **4.10 - Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC Nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM Nº 594, de 15 de Setembro de 2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM por vezes são acionadas em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quanto processo administrativo e cobranças propostas por fornecedores. Para processos onde a possibilidade de perda em 31.12.2013 era tida como provável, foi constituída a provisão nas contas de passivo. O montante para o mesmo tipo de ação cível, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de **R\$ 324.000,00**. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2013, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou

a **R\$ 1.308.862,10**. **4.11 - Apuração do Resultado:** O resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, respeitando-se o estabelecido na Resolução CFC 1305/10 (NBC TG 07) no que se refere ao reconhecimento de receitas de assistências governamentais. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. **5 - Imobilizado:** O imobilizado da SPDM é composto por bens próprios e bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens próprios referem-se a ativos adquiridos com recursos da própria Instituição. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possuímos documentos de cessão de uso. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 31 de dezembro de 2013				
	Posição em 31/12/2012	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2013

Imobilizados-Bens de Terceiros - Bens Móveis				
Apar. Equip. Utens. Méd. Odont. Lab.	7.433.526,32	16.693.077,16	-	24.126.603,48
Equip. Processamento de Dados	97.127,00	111.365,27	-	208.492,27
Mobiliário em Geral	1.060.133,14	2.432.518,25	-	3.492.651,39
Máq. Utens. e Equip. Diversos	1.154.503,70	91.581,06	-	1.246.084,76
Veículos de Tração Mecânica	-	326.133,03	-	326.133,03
Apar. e Equip. Comunicação	3.450,00	5.632,00	-	9.082,00
Apar. e Utens. Domésticos	34.261,96	67.076,27	-	101.338,23
Equip. p/Audio	-	-	-	-
Video. e Foto	89.510,00	7.918,00	-	97.428,00

	Posição em 31/12/2012	Ajustes no Exercício	Posição em 31/12/2013	Ajustes
Ajuste Vida Útil Econômica Bens de Terceiros - Bens Móveis	(1.283.148,10)	-(6.525.428,77)	(7.808.576,87)	%

Apar. Equip. Utens. Méd. Odont. Lab.	(788.583,73)	-(5.213.605,66)	(6.002.189,39)	10%
Equip. Processamento de Dados	(35.320,98)	-(50.930,05)	(86.251,03)	10%
Mobiliário em Geral	(209.146,46)	-(998.432,41)	(1.207.578,87)	10%
Máquinas Utens. e Equip. Diversos	(223.460,61)	-(122.015,34)	(345.475,95)	10%
Veículos de Tração Mecânica	-	-(125.017,16)	(125.017,16)	20%
Aparelhos de Equip. Comunicação	(517,50)	-(2.060,59)	(2.578,09)	10%
Aparelhos e Utensílios	-	-	-	-
Domésticos	(4.436,08)	-(3.965,34)	(8.401,42)	10%
Equip p/Audio	-	-	-	-
Video e Foto	(21.682,74)	-(9.402,22)	(31.084,96)	10%

Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 2013
Segundo o inciso II do § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização". O valor das aquisições adquiridos com os recursos do contrato de gestão no ano de 2013 totalizaram R\$ 2.255.592,77 enquanto que o total de R\$ 14.437.484,39 foi concedido pela Secretaria da Saúde para SPDM utilizar no atendimento aos pacientes, mediante Termos de Permissão de Uso de Bens Móveis, equipamentos médico-hospitalares e equipamentos de informática, e de Veículos, com exclusiva finalidade de sua utilização na realização de atividades e serviços de saúde. **6 - Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **6.1 - Das Receitas Operacionais:** As receitas operacionais da Entidade são constituídas de valores recebidos diretamente pela Entidade para os quais o uso é restrito, representados pelos Contratos de Gestão, Convênios Públicos e outros tipos de Assistências Governamentais recebidas. Os valores recebidos diretamente pela Entidade através do Termo Aditivo do Contrato de Gestão nº 001.0500.000.163/2012 representaram no ano de 2013, 100% do total das receitas operacionais. **6.2 - Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2013 a Instituição recebeu em doações um total de **R\$ 97.386,04**, enquanto que em 2012 foi de **R\$ 565,82**. **6.3 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2013, a Associação recebeu Assistências Governamentais Federais, Estaduais e Municipais conforme quadro abaixo:

CNPJ nº 61.699.567/0024-89	
Convênios/Contratos	R\$
T.A. - 01/2013 CONTRATO 001.0500.000.163/2012	113.028.300,00
T.A. - 02/2013 CONTRATO 001.0500.000.163/2012	3.000.000,00

7 - Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido no balanço anterior, de

acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2012, e descrito em notas explicativas do ano, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, à contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". **8 - Resultado do Exercício:** Em virtude da aplicação da Resolução 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado. Caso houvesse, superávit ou déficit ou ainda parte deles que tivesse restrição para aplicação, estaria reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido, o que não ocorre. **9 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 1.970 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o Art. 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. O Hospital Brigadeiro apresentou nesta unidade a seguinte produção:

Tipo de Atendimento	Total
Número de Consultas Ambulatorio	116.199
Número de Consultas PA	21.224
Hospital Dia / Cirurgia Ambulatorial	1.767
SADT Externo	2.752
Número de Internações	6.979
Pacientes-dia	40.784
Medicamentos Distribuídos	764.771

10 - Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009 e à portaria 1.970 de 16/08/2011 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.055160/2010-05 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais. Em 22 de junho 2012, a Entidade protocolou junto ao MS seu pedido de renovação do certificado o qual aguarda deferimento através do processo nº 25000.106245/2012-12. Os montantes das isenções usufruídas durante o ano exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam R\$ 20.083.135,97. **10.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 11, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2013, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica monta em R\$ 15.588.566,44. Em 2012, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 13.509.987,36. **10.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros pessoa física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2013 atingiu um montante de R\$ 926.880,44. Em 2012 o referido valor de receita totalizou R\$ 541.690,78. **10.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2013 foi de R\$ 3.555.333,89. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2012, esse montante foi de R\$ 2.937.665,39. **11 - Trabalho Voluntário:** Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. O montante desse serviço que se encontra consignado em contas de resultado em 2013 correspondeu a R\$ 12.355,20. **12 - Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC Nº 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dívida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **13 - Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **14 - Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da S.P.D.M. Dr. Otávio Monteiro Becker Junior - Diretor Técnico Mona Irene da Rocha - Contadora - CRC tMA 006470/O-5 T-SP
--

Relatório de Execução do Contrato de Gestão 2013 - Produção Assistencial					
Linhas de Contratação	Contratado 2013	Realizado 2013	Linhas de Contratação	Contratado 2013	Realizado 2013
Internação	5.820	6.979	Urgência/Emergência	16.800	21.224
Hospital-Dia	1.620	1.767	SADT Externo	1.932	2.752
Ambulatório	114.480	116.199	Total	140.652	148.921

Ata da 17ª Reunião do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Data, Horário e Local: Ao 15º dia do mês de abril de dois mil e quatorze, às 09h, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. Ana Luísa Hoffling Lima, Paulo Bandiera Paiva, Ramiro Anthero de Azevedo, Maria Inês Dolci, regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas:** Padre Antônio Luiz Marchioni ("Padre Ticiano"), Dr. Hercílio Ramos, Dr. José Osmar Medina de Pestana e Sr. Flavio Bitelman. **Convidados: Superintendentes:** Profs. Drs. Carlos Alberto Garcia Oliva, Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur e Dr. Anderson Viar Ferrarezi. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários

sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2013 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembléia de Associados. **Ordem do Dia: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2013 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; e de suas Instituições Afiliadas Hospital Municipal Vereador José Storópolli (HMOVJS), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Salto (HS), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso

de Guarulhos (HMPB), Complexo Hospitalar Ouro Verde de Campinas (CHOV), o Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hospital Brigadeiro (HBRIG) e o Hospital e Maternidade Dr. Odelfo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Pronto Socorro Municipal da Vila Maria Baixa (PSMVMB), Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria e Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria Vila Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas

Continuidade

Continuação	(CRATOD), UNAD - Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), Policlínicas Municipais de Barueri (POLICLINICAS), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território e o PAIS P.A./P.S., o Hospital Municipal Dr. Benedicto Montenegro (MONTENEGRO), PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família do Rio de Janeiro, UPA João XXIII - Unidade de		dade de Pronto Atendimento A.P. 5.3, -, PABSF A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2., Programa de Atenção Integral a Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU) e o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ) do Governo de Santa Catarina. Dr. Ronaldo passou a palavra a Dr. Garcia que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2013. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 15 de Abril de 2014. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, Prof ^º Dr ^º Ana Luísa Hofling Lima, Prof. Dr. Paulo Bandiera Paiva, Prof. Dr. Ramiro Anthero de Azevedo, Dr ^º Maria Inês Dolci.	
	Parecer da Assembleia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Parecer da Assembleia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina: A Assembleia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, no exercício de suas funções legais e estatutárias (artigo 19 inciso V), realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro 2013, Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições Afiliadas Hospital Municipal Vereador José Storopoli (HMOVJS), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Salto (HS), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho		Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Complexo Hospitalar Ouro Verde de Campinas (CHOV), o Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hospital Brigadeiro (HBRIG) e o Hospital e Maternidade Dr. Odeldo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Pronto Socorro Municipal da Vila Maria Baixa (PSMVMB), Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria e Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria Vila Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), CRATOD - Cen-	
	Parecer do Conselho Fiscal: Ilmo. Sr. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. Tendo em vista o art. 46 do Estatuto da SPDM, o Conselho Fiscal reuniu-se nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2013 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições Afiliadas Hospital Municipal Vereador José Storopoli (HMOVJS), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Salto (HS), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Complexo Hospitalar Ouro Verde de Campinas		(CHOV), o Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hospital Brigadeiro (HBRIG) e o Hospital e Maternidade Dr. Odeldo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Pronto Socorro Municipal da Vila Maria Baixa (PSMVMB), Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria e Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria Vila Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), UNAD - Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), Poli-	
	Relatório dos Auditores Independentes - A Diretoria. 1) Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina – Hospital Brigadeiro , que compreende o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. 2) Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis: A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. 3) Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e		clínicas Municipais de Barueri (POLICLINICAS), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território e o PAIS P.A./P.S., o Hospital Municipal Dr. Benedicto Montenegro (MONTENEGRO), PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família do Rio de Janeiro, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3, -, PABSF A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2., Programa de Atenção Integral a Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU) e o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ) do Governo de Santa Catarina. Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independentes e acatando suas observações, este Conselho aprova as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 14 de Abril de 2014. Prof. Dr. Artur Beltrame Ribeiro, Prof. Dr. Carlos Edval Buchalla, Prof. Dr. João Toniello Neto, Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta, Profa. Dra. Ruth Guinsberg, Prof. Dr. Hélio Kiyoshi Takahashi.	
			ções contábeis: Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina – Hospital Brigadeiro em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 5) Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. São Paulo - SP, 01 de abril de 2014. Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3. Ricardo Roberto Monello - Contador - CT- CRC.: 1SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619; Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.	

Suloeste Participações Rodoviárias S/A.										
CNPJ/MF: 02.725.065/0001-20										
Relatório da Administração										
Senhores Acionistas, Em obediência às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado do Exercício, das Mutações nas contas do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa dos Recursos, acompanhadas das Notas Explicativas relativas ao exercício de 2013. Permanecemos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, 22 de abril de 2014. A Diretoria.										
Balanço Patrimonial - (Valores em R\$)				Demonstração do Resultado do Exercício - Valores em R\$						
Ativo	Nota Explicativa	31/12/2013	31/12/2012	Passivo	Nota Explicativa	31/12/2013	31/12/2012	Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Ativo Circulante		321.153	794.806	Passivo Circulante		2.080	1.855.176	(-) Despesas Operacionais	(1.573.543)	(4.002.223)
Bens Numerários		2.910	3.767	Contas a Pagar		1.551	1.848.082	Administrativas e Gerais	(103.907)	(1.931.908)
Banco Conta Movimento		10	10	Obrigações Sociais e Trabalhistas		-	6.015	Tributárias	-	(8.924)
Aplicações Financeiras		315.930	788.785	Obrigações Tributárias		529	1.079	Operacionais	(77.593)	(72.759)
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	318.850	792.561	Débitos Sociais e Tributários		529	7.094	Depreciação / Amortização	(1.392.043)	(1.988.633)
Impostos a Recuperar		1.827	1.769	Passivo Não Circulante		1.747.245	677.414	Outros Resultados Operacionais	8.847	8.452
Despesas Antecipadas		475	475	Partes Relacionadas	5	1.747.245	677.414	Outras Despesas Operacionais	(53.268)	-
Ativo Não Circulante		4.140.328	6.039.155	Patrimônio Líquido		2.712.156	4.301.372	Resultado de Equivalência Patrimonial	62.115	8.452
Realizável a Longo Prazo		549.562	549.562	Capital Social	7	16.000.000	16.000.000	Efeitos Financeiros Líquidos	12.354	65.198
Partes Relacionadas	5	549.562	549.562	Prejuízos Acumulados		(13.287.844)	(11.698.628)	Despesas Financeiras	(486)	(204)
Investimentos		3.590.766	5.489.594	Total		4.461.481	6.833.961	Receitas Financeiras	12.840	65.402
291 Participações S/A	6	342.667	849.451					Resultado Líq. Antes Prov. IRPJ e Contr. Social	(1.552.342)	(3.928.573)
Ágio S/ Investimento		3.248.100	4.640.143					Provisão IRPJ e CSLL	(36.874)	(5.017)
Imobilizado		14.453	14.453					Resultado Líquido do Exercício	(1.589.216)	(3.933.590)
(-) Depreciação Acumulada		(14.453)	(14.453)					Demonstração dos Fluxos de Caixa - Valores em R\$		
Imobilizado Líquido		-	-					Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Total		4.461.481	6.833.961					Proveniente das Operações		
Demonstração das Mutações nas Contas do Patrimônio Líquido				Partes Relacionadas						
Valores em R\$										
Descrição	Capital Social	Prejuízos	Patrimônio	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Resultado Líquido do Exercício	(1.589.216)	(3.933.590)
Saldo em 01/01/2012	16.000.000	(7.765.039)	8.234.961	Construtora Castilho S/A	106.560	292.046	106.560	Ajustes do Resultado Líquido		
Resultado Líquido do Exercício	-	(3.933.590)	(3.933.590)	Construtora Sanches Tripoloni Ltda	246.004	1.047.859	246.004	Depreciações e Amortizações	1.392.043	1.988.633
Saldo Final em 31/12/2012	16.000.000	(11.698.628)	4.301.372	Construtora Toniolo Busnello S/A	108.701	374.954	108.701	Equivalência Patrimonial	(62.115)	(8.452)
Resultado Líquido do Exercício	-	(1.589.216)	(1.589.216)	BGPAP S/A	88.296	32.386	88.296	Resultado Líquido Ajustado	(259.288)	(1.953.409)
Saldo Final em 31/12/2013	16.000.000	(13.287.844)	2.712.156	291 - Participações S/A	-	-	-	I - Das Atividades Operacionais		
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis				Total	549.561	1.747.245	549.561 677.413	(Aumento) ou Redução nos Ativos Operacionais	(58)	(1.050)
levantadas em 31 de dezembro de 2013.								Impostos a Recuperar	(58)	(1.050)
Em valores de reais, exceto quando indicado de outra forma.								Despesas Antecipadas	-	-
1. Contexto Operacional: A sociedade tem por objeto a realização, sob regime de concessão de serviços públicos, da exploração de malhas rodoviárias, mediante a cobrança de pedágio, compreendendo também, o melhoramento, a manutenção, a ampliação e a operação das mesmas e ainda participações e investimentos no capital de outras sociedades, como quotista ou acionista. 2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as principais práticas contábeis adotadas no Brasil, consubstanciadas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 e Lei nº 11.638/07), Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC., em especial os aplicáveis as PMEs e requeridos na NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. 3. Descrição das Principais Práticas Contábeis: É prática da Companhia adotar critérios contábeis uniformes baseados na Legislação Societária Brasileira vigente, dos quais se destacam: a) O regime é o de competência na apropriação das receitas, custos e despesas operacionais. b) Classificam-se no Circulante os Ativos Realizáveis e os Passivos Exigíveis com vencimento no curso do exercício social subsequente. c) A depreciação do Imobilizado é calculada pelo método linear com base na vida útil econômica dos bens, seguindo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária, tendo sido reconhecida neste período.				6. Investimentos - Descrição	31/12/2013	31/12/2012				
				Investimento 291	342.667	849.451				
				Ágio do Investimento 291	3.248.099	4.640.143				
				Valor Atualizado	3.590.766	5.489.594				
				O Investimento na Sociedade 291 figura pelo valor contábil ajustado por equivalência patrimonial e representou no exercício de 2013, resultado positivo de R\$ 62.114,83 (sessenta e dois mil, cento e quatorze reais e oitenta e três centavos). No exercício de 2013 a Companhia efetuou amortização na conta de ágio sobre investimento da empresa investida “291 Participações S/A.” no valor de R\$ 1.392.042,81 (um milhão, trezentos e noventa e dois mil e quarenta e dois reais e oitenta e um centavos) representando 30% (trinta por cento) sobre o valor do ágio de R\$ 4.640.142,71 (quatro milhões, seiscentos e quarenta mil e cento e quarenta e dois reais e setenta e um centavos), objetivando adequar à estimativa de rentabilidade futura deste valor, conforme pronunciamento da NBC TG 1000, mencionados nos itens 18.4, 19.22, 19.23, e de 27.7 a 27.10. 7. Capital Social: O Capital Social de R\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), é representado por 16.000.000 (dezesseis milhões) de ações ordinárias nominativas, e estão assim distribuídas:	Construtora Castilho S/A	2.995.534	2.995.534			
				Capital Social	31/12/2013	31/12/2012				
				Construtora Sanches Tripoloni LTDA	7.013.388	7.013.388				
				Construtora Toniolo Busnello S/A	2.995.534	2.995.534				
				BGPAP S/A	2.995.534	2.995.534				
				Outros	10	10				
				Total	16.000.000	16.000.000				
Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis										
valores e as informações contábeis divulgados. c) A avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Suloeste Participações Rodoviárias S/A em 31 de dezembro de 2013, o resultado de suas operações, as Mutações do seu Patrimônio Líquido e os seus fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com a NBC TG 1000 aplicáveis as pequenas e médias empresas. Conforme mencionado na nota explicativa nº 6 (seis), no exercício de 2013 a entidade efetuou sobre investimento da empresa investida “291 Participações S/A.” avaliado por equivalência patrimonial, uma amortização na conta de ágio no valor de R\$ 1.392.042,81 (um milhão, tre-										
zentos e noventa e dois mil, quarenta e dois reais e oitenta e um centavos) representando 30% (trinta por cento) sobre o valor do ágio de R\$ 4.640.142,71 (quatro milhões, seiscentos e quarenta mil, cento e quarenta e dois reais e setenta e um centavos), objetivando adequar à expectativa de rentabilidade futura deste valor, conforme pronunciamento da NBC TG 1000, mencionados nos itens 18.4, 19.22, 19.23, e de 27.7 a 27.10. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 apresentadas para fins de comparação foram anteriormente por nós examinadas, conforme parecer, sem ressalvas, emitido em 02 de abril de 2013. São Paulo, 22 de abril de 2014.										
Diretoria										
Marco Antonio Saporiiti - Diretor Presidente										
Eugênio Carlos Torres - Diretor Vice-Presidente										
Vanderlei Carlin - Técnico de Contabilidade - CRC 1 SP 098794/O-8										
KSI BRASIL-RAI/SP 012/2014. Aos Administradores e Acionistas da Suloeste Participações Rodoviárias S/A. Examinamos as demonstrações contábeis da “ Suloeste Participações Rodoviárias S/A. ” que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações nas Contas do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade da administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aprovadas no Brasil pela Resolução CFC nº 1.205/09 (NBC TA 200) e compreendeu: a) O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade. b) A constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os										
KSI Brasil Auditores Independentes CRC 2 SP 018.460/O-1										
Tethuo Ogassawara Contador CRC 1 SP 172.692/O-6										